

SÁTIRO PEREIRA LIMA

**ANÁLISE DA ECONOMIA INFORMAL: A INFORMALIDADE NO MERCADO DE
TRABALHO DO SETOR DE SERVIÇOS DA CIDADE DO SALVADOR NOS BIÊNIOS DE
1997-1998 E 2004-2005.**

SALVADOR

2006

SÁTIRO PEREIRA LIMA

**ANÁLISE DA ECONOMIA INFORMAL: A INFORMALIDADE NO MERCADO DE
TRABALHO DO SETOR DE SERVIÇOS DA CIDADE DO SALVADOR NOS BIÊNIOS DE
1997-1998 E 2004-2005. VERSÃO PRELIMINAR**

Versão definitiva de Monografia apresentada no curso de
graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Antonio Wilson Ferreira Menezes

SALVADOR

2006

AGRADECIMENTOS

À MINHA FAMÍLIA POR TODO O APOIO DADO DURANTE A REALIZAÇÃO DESTE CURSO.

À MINHA ESPOSA ISABEL CRISTINA PELA PACIÊNCIA E ESTÍMULOS DISPENSADOS.

À TODOS QUE COLABORARAM NA REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

E PRINCIPALMENTE A DEUS PELA VIDA CONCEDIDA E SEM A QUAL ESTE TRABALHO NÃO SERIA POSSÍVEL.

RESUMO

O texto tenta fazer uma relação entre a informalidade e o setor de serviços. Considerou-se que a informalidade teve origem com as migrações regionais e com os processos de reestruturação produtiva. O setor de serviços passa a ser um setor de bastante atração para os trabalhadores oriundos de outros setores e também para aqueles que sequer conseguiram se inserir no mercado de trabalho, principalmente para trabalharem na informalidade. Os dados para a cidade do Salvador mostram que os trabalhadores informais desse setor aumentaram a sua participação no mercado de trabalho, como também houve um aumento do nível educacional e uma perda real dos rendimentos.

Palavras-chaves: Informalidade, setor de serviços, mercado de trabalho.

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Lima, Sátiro Pereira

L732 Análise da economia informal: a informalidade no mercado de trabalho do setor de serviços da cidade do Salvador nos biênios de 1997-1998 e 2004-2005 / Sátiro Pereira Lima. - Salvador: S. P. Lima, 2006.

50 p. tab.

Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Wilson Ferreira Menezes

1.Economia informal. 2.Mercado de trabalho. 3. Setor de Serviços.

CDD – 331.11

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ASPECTOS DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO	12
2.1	UM CONTEXTO HISTÓRICO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO:	12
2.1.1.	Conseqüências da Reestruturação Produtiva	17
2.1.2	Determinantes da informalidade	18
2.1.3	Dificuldades na erradicação da informalidade	19
2.1.4	A informalidade na sociedade Brasileira	20
2.1.5	A Informalidade no Brasil no período 2003-2004	23
2.2	TENDÊNCIAS	25
3	O SETOR DE SERVIÇOS E A INFORMALIDADE	26
3.1	CONCEITO DE SERVIÇOS	28
3.2	OS SERVIÇOS NO BRASIL.	29
3.3	TENDÊNCIAS : TERCEIRIZAÇÃO EM ALTA	30
3.4	A INFORMALIDADE NO SETOR DE SERVIÇOS	31
4	ANÁLISE DA INFORMALIDADE DO SETOR DE SERVIÇOS DA CIDADE DO SALVADOR NOS BIENIOS DE 1997/1998 E 2003/2004 E COMPARATIVO COM O SETOR FORMAL.	33
4.1	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS FORMAIS E INFORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DO SALVADOR.	33
4.2	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO	34
4.3	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR FAIXA ETÁRIA	35

4.4	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS PELA COR	36
4.5	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA	37
4.6	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR GRAU DE INSTRUÇÃO	38
4.7	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR JORNADA DE TRABALHO	40
4.8	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR TEMPO DE ATIVIDADE	41
4.9	MÉDIA DE RENDIMENTOS DOS OCUPADOS POR ATRIBUTOS PESSOAIS	42
4.10	MÉDIA DE RENDIMENTOS DOS OCUPADOS POR ATRIBUTOS PRODUTIVOS	45
4.11	MÉDIA DE RENDIMENTO DOS OCUPADOS FORMAIS E INFORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	46
5	CONCLUSÃO	47
6	REFERÊNCIAS	49

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	
Distribuição dos Ocupados Formais e Informais por Setor de Atividade Econômica Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	34
Tabela 2	
Distribuição dos Ocupados por Sexo do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	35
Tabela 3	
Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	36
Tabela 4	
Distribuição dos Ocupados por Cor do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	37
Tabela 5	
Distribuição dos Ocupados por Posição na Família do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	38
Tabela 6	
Distribuição dos Ocupados por Grau de Instrução do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	39
Tabela 7	
Distribuição dos Ocupados por Jornada de Trabalho do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	40
Tabela 8	
Distribuição dos Ocupados por Tempo de Atividade do Setor de Serviços Formal e Informal Setor de Serviços Formal e Informal -Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	41
Tabela 9	
Média de Rendimentos dos Ocupados por Atributos Pessoais do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	42
Tabela 10	
Média de Rendimentos dos Ocupados por Atributos Produtivos do Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005	45

Tabela 11
Média de Rendimento dos Ocupados Formais e Informais por Setor de Atividade
Econômica
Município de Salvador - Bahia 1997-1998 e 2004-2005

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe, a princípio, em fazer uma apresentação dos principais aspectos do setor informal de trabalho, baseando-se em seu contexto histórico, analisando de forma mais geral a informalidade em nível mundial e aquela que foi e tem sido vivenciada no Brasil e seus antecedentes históricos, tanto no que tange a questão das migrações regionais, quanto da reestruturação produtiva. Este trabalho também se propõe a levar em consideração os possíveis determinantes dos aspectos informais no mercado de trabalho e os principais fatores que porventura dificultam sua possível erradicação.

No que tange o setor de serviços, este, como será mostrado mais detalhadamente, passa a representar um polo de atração, tanto para os migrantes regionais, isto é, aqueles que vieram de regiões onde existia carência de empregos; quanto para os trabalhadores provenientes de outros setores, principalmente do setor industrial. A atração pode dever-se ao fato de uma certa facilidade de acesso ao setor, que a princípio não necessitava de grandes conhecimentos e capital inicial e ao crescente número de vagas, resultantes de um setor em expansão. Além disso, como consequência da reestruturação produtiva no setor industrial, o setor de serviços passa a ser a única opção de alguns trabalhadores, boa parte deles qualificados, que perderam seus empregos devido a uma maciça reestruturação produtiva, como um dos pré-requisitos à sobrevivência de muitas empresas.

A realização deste estudo deu-se pela necessidade de verificar as mudanças ocorridas no setor de serviços da cidade do Salvador quando comparando os biênios de 1997/1998 e 2004/2005, tendo em vista a constatação do atual perfil do trabalhador do setor de serviços da cidade do Salvador.

O que se pretende, com relação a este trabalho, é comparar os biênios de 1997 / 1998 e 2004 / 2005 e verificar se houve um incremento da informalização nas atividades do setor de serviços na cidade do Salvador, quando comparado ao setor formal. Além disso, analisar qual é o perfil do atual trabalhador do setor de serviços, que, com relação aos dados serão de grande valia para futuras investigações a respeito do assunto. E além disso como já foi dito, fazer um comparativo com o setor de serviços em sua face formal.

A base de dados aplicada se baseia em dados de fontes secundárias, principalmente dados da PED-RMS – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador. A informalidade tratada neste trabalho, se refere ao caráter legal ou ilegal do trabalho, ou seja, se o trabalhador tem carteira

assinada. Além disso, os informais considerados são os autônomos, os trabalhadores sem carteira assinada, os contas-próprias e os empregadores com menos de 2 empregados.

No 2º capítulo, será apresentada uma breve análise dos aspectos históricos da informalidade no mercado de trabalho no Brasil e no Mundo, assim como uma tentativa de conceituação e algumas das principais abordagens sobre o tema da informalidade. Além disso, são mostrados quais os possíveis determinantes da informalidade e as dificuldades que existem para sua erradicação. Também é tratada a questão da reestruturação produtiva, além de uma apresentação da situação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro no ano de 2003 e de 2005.

No 3º capítulo, serão tratados os aspectos referentes ao setor de serviços no mundo e no Brasil, uma tentativa de conceituação dos serviços, as tendências de terceirização e aspectos da informalidade no setor de serviços.

No 4º capítulo, serão analisados os principais atributos do setor de serviços da cidade do Salvador, tanto formais quanto informais. Tais atributos, pessoais e produtivos, darão uma visão do perfil do trabalhador do setor de serviços e das mudanças ocorridas do biênio de 1997/1998 para o de 2004/2005.

No 5º capítulo, serão feitas as conclusões do trabalho, ou seja, os resultados obtidos durante a realização do mesmo.

2 ASPECTOS DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO MUNDIAL E NO BRASIL.

2.1 UM CONTEXTO HISTÓRICO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO:

A economia mundial, a partir dos anos 1980, vem sofrendo profundas transformações em sua estrutura, de tal forma a constituir um momento econômico sem precedentes no desenvolvimento econômico capitalista. Essas transformações nada mais são do que uma resposta às mudanças, que vêm se sucedendo, desde o final da década de 60 e início da década de 70, frente a uma crise existente no sistema monetário internacional e do excessivo desgaste no padrão de crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos – ocasionando uma sensível diminuição das taxas de crescimento da produtividade industrial, com uma perda de lucratividade por parte das empresas, esgotamento de demanda, crise de energia e aumento das taxas de inflação e dos déficits públicos, entre outros (CACCIAMALI, 2003a).

A América Latina, como não poderia deixar de ser, também sofreu com tais mudanças de ordem econômica e social, pois a região, caracterizada por uma distribuição muito desigual da renda, ficou, em grande parte, a margem do desenvolvimento capitalista.

Segundo Cacciamali (2003a, p.23)

A política econômica, posta em marcha na América Latina, provocou esta configuração no mercado de trabalho e agrava o quadro social de muitos países latino-americanos que se caracterizam pela herança estrutural do subemprego, das atividades informais de baixa produtividade e da ilegalidade no exercício do trabalho, restringindo os avanços da cidadania.

A caracterização sobre a informalidade no mercado de trabalho teve seu início em 1972 num estudo sobre a economia do Kenya:

A denominação mercado de trabalho informal foi utilizada pela primeira vez em um estudo sobre a economia de Ghana, na África, essa denominação entretanto somente ficou conhecida após estudo da OIT, através de relatórios sobre o emprego e renda no Kenya, em 1972 (MENEZES, 2001, p. 17).

Nesse relatório ficou evidenciado pela primeira vez na literatura econômica, o termo “informal”, associado a aspectos que combinam as oportunidades das atividades informais e a complementação da renda dos indivíduos. O início da controvérsia sobre a informalidade residiu na percepção de que o

desenvolvimento do sistema capitalista latino-americano manteve a margem dos setores econômicos modernos uma considerável parcela da população economicamente ativa, que posteriormente passaram a compor uma parcela significativa do setor informal.

Esse processo desencadeou um excessivo processo migratório do campo para as grandes cidades, aumentando o contingente de força de trabalho de forma que ficou difícil uma absorção desse contingente por parte dos segmentos modernos. Nesse sentido, os “excluídos” desses segmentos foram relegados a atuar em atividades de baixa produtividade, fora das relações de trabalho assalariado e, sobretudo não podendo contar com nenhum tipo de proteção social (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Ainda baseando-se nos estudos realizados sobre o Kenya, aceitava-se o pressuposto que o setor informal poderia se caracterizar por reduzidas barreiras à entrada e, sobretudo, quanto mais indivíduos entrassem nestas atividades informais, a renda auferida individualmente seria reduzida.

Num outro estudo da OIT, agora realizado na América Latina, ficou caracterizado os seguintes pontos sobre a informalidade nas relações de trabalho: a) Não havia homogeneidade nas formas de relação do trabalho informal; b) Em certas atividades não havia barreiras a entrada, enquanto em outra existiam; c) As unidades produtivas tinham por objetivo um incremento no rendimento individual, em vez de acumulação de lucros (DEDECCA ; BALTAR, 1997).

A população que migrava do campo para a cidade, em decorrência do processo de desenvolvimento, não tinha o costume de trabalhar sob a forma de assalariamento e, portanto, havia uma certa facilidade que a mesma se adaptasse às atividades do setor informal, geralmente como autônomos. Além disso, essa mesma população, que chegava aos grandes centros urbanos e não encontrava colocação em atividades eminentemente formais, não criava grandes resistências em aceitar qualquer tipo de ocupação que lhe garantisse alguma renda (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Na visão de Cacciamali (2001) a falta de uma atuação mais efetiva do movimento sindical na América Latina para implementar direitos trabalhistas, a deterioração institucional e também a crescente insegurança que se percebe no mercado de trabalho contribuíram para o aumento da informalidade.

Cacciamali (2001) aponta cinco fatores que podem explicar o crescimento do mercado informal da América Latina:

- 1 – A política macroeconômica, que se reflete em maiores taxas de desemprego e subemprego.
- 2 – As mudanças tecnológicas, pois substitui o trabalho humano, e também porque só admite trabalho qualificado.
- 3 – A liberalização do comércio, que faz com que ocorra concorrência e haja mais desemprego, pois vai haver necessidade de reduzir custos e aumentar a competitividade das empresas, com perdas de postos de trabalho.
- 4 - A maior integração dos mercados de produtos e serviços domésticos à economia mundial, porque diminui o lucro e eleva os preços dos bens e também a elasticidade da oferta dos fatores de produção, inclusive da oferta do fator trabalho, que vai possibilitar as substituições entre mão-de-obra e entre fator trabalho e outros fatores de produção.
- 5 – O aumento da elasticidade da demanda de trabalho, que vai restringir tanto os aumentos dos custos diretos e indiretos do trabalhador, como vai retirar o poder de barganha dos sindicatos.

Existem várias divergências quanto ao conceito de informalidade. Dentre os principais conceitos podem ser destacados:

1- O que leva em consideração se o trabalho é ou não uma relação capitalista. Se há relação capitalista de trabalho (se este gera excedente econômico) ele é considerado formal, sendo este tipo de atividade relacionada a um setor chamado moderno, isto é, aquele que se refere às atividades tipicamente capitalistas, onde há uma clara separação entre a propriedade do capital e do trabalho, a produção é basicamente voltada para o mercado e predominam as relações de assalariamento; todavia, se este não tem caráter capitalista (não gera excedente econômico) ele é considerado informal, e é composto por empresas organizadas de formas outras que não a capitalista de produção, em que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital, e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho, sendo este tipo de atividade relacionada a um setor dito tradicional, ou seja, aquele que não se refere a atividades capitalistas. Podemos citar o exemplo do trabalho da empregada doméstica, que por esta

classificação é considerado informal, pois não gera excedente para o seu empregador (CACCIAMALI, 1991).

2 - O que leva em consideração se o trabalho é uma atividade regulamentada ou não (critério jurídico). Se este é uma atividade legalizada (carteira assinada, com contribuição previdenciária, etc.) é considerada uma economia formal ou legalizada. Caso não seja uma atividade legalizada é dita uma economia informal, submersa ou subterrânea (CACCIAMALI, 1991).

A Ilegalidade no mercado de trabalho, numa das linhas de pensamento da teoria neoclássica explica a origem do excedente de mão-de-obra a partir da relação entre os preços de fatores de produção. Esse excedente seria consequência de alguma ineficiência econômica no mercado de bens e fatores. A alocação de forma indevida de fatores produtivos decorreria de forte intervenção no mercado de trabalho — por parte do Estado ou da atuação dos sindicatos —, gerando certas distorções nos preços relativos, de forma a influenciar no equilíbrio de pleno emprego, tornando mais caro o fator trabalho em relação ao fator capital. Isso resultaria em uma tentativa de substituir parte da mão-de-obra por tecnologias intensivas em capital por parte das empresas, resultando numa redução do nível de contratações. Os assim desempregados vão então à procura de emprego em atividades de menor produtividade e de grande precariedade, principalmente atividades denominadas informais. Constrói-se, assim, a tipologia do dualismo produzido pela distorção dos preços relativos caracterizado por setor “protegido/desprotegido”, “moderno/ tradicional” etc. (PERO, 1995).

Os trabalhadores, em sua busca por emprego, se deparam muitas vezes com empresas que buscam diminuir ao máximo seus custos — principalmente aqueles decorrentes da mão-de-obra e da legalização da relação de trabalho, legalização esta que no Brasil se caracteriza no registro na carteira de trabalho, com o pagamento de encargos sociais que elevam o custo do trabalho — tal necessidade de redução dos custos toma a forma, tanto de redução do nível de emprego, quanto da contratação sem carteira assinada (PERO, 1995).

Várias vertentes metodológicas abordaram o tema da informalidade apresentando 4 enfoques distintos. O primeiro, foi baseado nos trabalhos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), descreve o setor informal com base em certas características técnicas das unidades produtivas, muito embora leve em consideração que as atividades pertencentes a este setor são geradoras de produto e emprego. Ainda

segundo este enfoque, o setor informal é constituído de atividades que utilizam intensivamente trabalho, sendo usuário de tecnologia bastante simples, caracterizando como baixa a produtividade do trabalho, sendo que na maioria das vezes o detentor dos meios de produção é o único trabalhador (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Num segundo enfoque, de cunho eminentemente marxista, as atividades informais seriam formadas por uma necessidade intrínseca do modo de produção capitalista, o qual usa de instrumentos informais para que haja uma redução dos custos de produção, principalmente os ligados a mão-de-obra, e, dessa forma, poder alcançar uma elevação dos lucros (DEDECCA ; BALTAR, 1997).

O terceiro enfoque, com formulações extremamente heterodoxas no campo metodológico, expressa que o setor informal seria formado de relações de trabalho consideradas de certa forma incomuns, para tentar escapar das responsabilidades estabelecidas por lei para a economia formal, em virtude dos excessivos encargos sociais (DEDECCA ; BALTAR, 1997).

O quarto e último enfoque, seguindo um pensamento liberal, seria uma manifestação em que os empresários que esbarraram numa excessiva regulamentação exigida pelas instituições, tentam escapar e sobreviver na sua atividade, porem a mesma não pode contudo ser considerada ilegal, pois mesmo sendo organizada de forma não regulamentada, obedece ao livre jogo de mercado, ou seja, da oferta e da demanda. Nesse sentido, através da eliminação de prováveis limitações que possam existir, a formalidade, nesse caso, pode ser implantada de maneira bem rápida (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Até a década de 70, tais enfoques analíticos compreendiam que a informalidade dos países da periferia seria originaria principalmente pelo lado que correspondia à oferta de trabalho, resultado do processo de migração, que ocorreram de forma significativa, além do crescimento demográfico, que levaram essas populações a crescerem e, sobretudo a desencadear um processo de urbanização desordenada (DEDECCA; BALTAR, 1997).

2.1.1 Conseqüências da Reestruturação Produtiva:

Quando surge uma crise que se instaura no próprio estado de bem estar social, características do sistema social-democrático, que se sustentava nas diversas políticas públicas e nas negociações coletivas dos

trabalhadores organizados, desde meados da década de 70, rompe gradativamente a dominância dos estratos protegidos pela legislação. A reestruturação produtiva, fruto de uma política econômica neoliberal e da necessidade de reformulação do processo de produção, favoreceu o crescimento do nível e da duração do desemprego que vem, por contradição, aumentando consideravelmente os gastos públicos destinados a assistir os desempregados, através de programas, principalmente de seguro-desemprego. Esse longo período de duração do desemprego leva a que grandes contingentes de ex-assalariados sejam induzidos a buscar uma ocupação nas atividades informais, isto é, aquelas sem regulamentação nem proteção social (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Além disso, surge uma nova manifestação como resultado da reestruturação produtiva. Os programas de racionalização adotados pelas empresas, que provocaram a desverticalização das grandes plantas com a conseqüente terceirização de parte de suas atividades, passam a se utilizar da subcontratação de produção, força de trabalho e aquisição de serviços, como forma de redução dos custos, que nem sempre resultam numa melhor qualidade da prestação dos serviços, podendo, além disso, comprometer os mesmos.

Dessa forma, as atividades informais não somente recebem os trabalhadores refugados pelas atividades modernas em seu movimento de racionalização produtiva, como também passam também a fazer parte do seu ciclo produtivo, quando os indivíduos ex-assalariados com uma melhor qualificação se sentem estimulados a constituírem pequenos negócios, muitas vezes não -regulamentados, conforme argumentam Dedecca e Baltar (1997, p.15),

...cuja finalidade é a prestação de serviços ou o fornecimento de produção ao setor formal ou o desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva (fast food, assistência técnica na área de informática, ...)

2.1.2 Determinantes da informalidade

Segundo, Kischinhevsky (2002), há três determinantes da informalidade. O primeiro fator determinante da informalidade é a queda do poder aquisitivo do consumidor, resultante de determinadas políticas econômicas que vem ocorrendo nos últimos tempos. Nessa situação, o consumidor passa a adquirir produtos a um menor preço. Outras opções seriam reduzir o consumo, ou fazer certos ajustes necessários em outros itens de consumo.

Um segundo fator, destacado por Kischinhevsky (2002), se refere aos altos benefícios da informalidade para aqueles que decidem estabelecer negócios dessa forma. Num cenário com altas cargas tributárias, combinadas com grandes dificuldades para o estabelecimento formal, a atividade informal, de fato, se torna muito atrativa. Essa grande vantagem compensa muitas vezes, o despreparo técnico e a escassez de capital dos empreendedores. Segundo este autor: “A margem até inibe os esforços que normalmente são empreendidos na busca de eficiência natural de um ambiente competitivo. Os esforços passam a se concentrar na procura de métodos e táticas que preservem a vantagem competitiva” (KISCHINHEVSKY, 2002).

Um terceiro fator, intrinsecamente associado ao segundo, se refere a diversidade territorial e cultural que aumenta o custo e diminui a eficiência dos mecanismos de fiscalização. Devido sobretudo ao reduzido número de indivíduos para fiscalizar e reprimir as atividades informais.

2.1.3 Dificuldades na erradicação da informalidade

A redução dos estímulos da informalidade, através de uma possível redução da carga tributária, ou seja, do custo da formalidade, pode ser extremamente profilática ao diminuir o desenvolvimento de novos informais, seja no mesmo setor ou não. Entretanto, sua eficácia sobre a informalidade já estabelecida não será imediata.

Kischinhevsky (2002,p.2) argumenta que,

Para o informal nada muda, exceto que os formais os enfrentarão com preços mais competitivos. Ou seja, reduz-se a entrada de novos competidores informais, ao mesmo tempo em que se abre o nicho de mercado de baixo preço para os formais.

Outro fator que poderá dificultar a redução do custo da informalidade é a potencial perda de receita fiscal num primeiro momento, caso o volume da carga tributária seja expressivo, fazendo com que muitos que estejam na informalidade, e são nesse momento obrigados a se regulamentarem saiam da atividade ou permaneçam na clandestinidade, o que dependerá de cada categoria (KISCHINHEVSKY, 2002).

O terceiro fator, o aumento do risco da informalidade, uma política de fiscalização mais rápida e eficaz - que, porém esbarra na grande área territorial para ser coberta e na diversidade cultural e no reduzido número de fiscais. Tem como objetivo combater a informalidade e também de gerar receita adicional

para os organismos institucionais seja pela formalização de empresas atuadas, seja pela apreensão dos produtos informais forçando sua substituição por formais nas compras dos consumidores.

2.1.4 A informalidade na sociedade Brasileira

O mercado de trabalho urbano no Brasil se formou ao longo do século XX, acompanhando os ciclos da industrialização e as migrações da população rural para o mesmo. O aumento dos postos de trabalho industriais foi acompanhado pelo crescimento do setor serviços, intimamente vinculado à crescente concentração populacional nas cidades (DEDECCA; BALTAR, 1997).

A baixa qualificação e os baixos salários da grande maioria da força de trabalho foram se constituindo como características estruturais do mercado de trabalho, derivadas da oferta praticamente ilimitada de mão-de-obra pouco especializada e pouco organizada. Na década de 60, no âmbito do acelerado processo de industrialização, deu-se no meio urbano um crescimento do assalariamento e da formalização das relações contratuais. Porém, ao mesmo tempo, ampliaram-se inúmeras formas de inserção precária: os autônomos e trabalhadores "sem carteira assinada" (INVERNIZZI, 2003).

Quando, a partir dos anos 80, o país entra numa onda de transformações baseada na reestruturação produtiva, passamos a assistir a uma acentuação das desigualdades já marcantes no mercado de trabalho. O aprofundamento desse processo na década de 90 traz à tona um violento ajuste quantitativo do mercado de trabalho formal associado a novas exigências no perfil da força de trabalho (Invernizzi 2003).

Segundo Invernizzi (2003, p.43),

Barreiras mais altas são erguidas para se poder entrar no mercado de trabalho formal, com a conseqüente exclusão de milhares de trabalhadores, que foram alimentar tanto as filas do desemprego quanto a do setor informal.

O desemprego, não discutido nos debates sobre mercado de trabalho no Brasil e na América Latina até os anos 70, adquire importância nos anos 80, resultado da ampliação da parcela da população apta para o trabalho, mas involuntariamente ociosa a procura de um posto de trabalho que lhe permita participar regular e continuamente do espaço produtivo (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Para Kischinhevsky (2002, p.2), “*o trabalhador, ao perder seu emprego, dispende de capital limitado, vai adentrar, como forma de sustentar sua família ou simplesmente por pura falta de outras opções, na atividade informal*”. Além disso, quando um trabalhador perde o emprego no setor dinâmico ele deixa de ganhar salários, que são demanda para o trabalho informal, e passa a disputar o "bolo" de um setor que geralmente não cria renda, por causa da sua baixa produtividade, reduzindo os rendimentos dos outros trabalhadores.

Os resultados apresentados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (1996-1998), sobre a estrutura do emprego na Região Metropolitana de Salvador revelam a situação de extrema precariedade do mercado de trabalho. A informalidade, entretanto passa a revelar uma nova face na RMS, no momento em que se destaca como importante espaço de ocupação de parte relevante dos trabalhadores que foram excluídos do setor regulamentado da economia (BRAGA, 1998).

Existe entre as décadas de 80 e 90, uma mudança de forma qualitativa da informalidade como resultado, sobretudo da entrada no setor informal de pessoas com um maior nível educacional e melhores qualificações. Tais pessoas buscam trabalhar na informalidade, devido, sobretudo as dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal, muitas delas com bom nível educacional, mas sem qualquer experiência, não atendendo desta forma à principal exigência das empresas. Outras pessoas são oriundas de empregos formais, mas devido a processos de racionalização dentro das empresas são demitidos e muito embora tenham alguma qualificação e experiência nem sempre conseguem novamente empregos formais, o que os obriga a trabalharem na informalidade (BRAGA, 1998).

Devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e a maior dificuldade de inserção dos homens, chefes de família, e indivíduos com maior nível educacional, no mercado de trabalho metropolitano, ocorre um deslocamento de parte desta população para atividades até então consideradas marginais e reservadas aos mais jovens, no seu primeiro contato com o mercado de trabalho, ou aos mais idosos, mulheres e indivíduos com baixo nível de qualificação (BRAGA, 1998).

Essa nova informalidade é, segundo Kischinhevsky (2002), resultado da rigidez da situação de desemprego, configurado no desemprego de longa duração, e da intensa redução do nível de assalariamento em caráter formal. Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da informalidade representar importante setor na estratégia de ocupação local, não é capaz, nesse momento, de absorver toda mão-de-obra disponível, proveniente do setor industrial ou mesmo do próprio setor de serviços formal, resultando no crescimento do desemprego de longo prazo, com destaque para o incremento do desemprego que se encontra oculto pelo trabalho precário. Desta forma, o assalariamento formal perde sua importância no mercado de trabalho a nível regional, ampliando-se uma certa heterogeneização das ocupações informais, representada no crescimento das formas de trabalho informais, em detrimento do trabalho autônomo (KISCHINHEVSKY, 2002).

No Brasil o ingresso para o setor informal, segundo Guerreiro (2000), tem sido apontado como possibilitado, em parte, pelas falhas do Governo na atenção dada ao problema da educação e da formação de mão-de-obra qualificada, uma vez que atualmente as exigências das empresas em relação a qualificação da mão-de-obra têm aumentado bastante, a consequência tem sido o aumento do desemprego, fato este que faz com que as pessoas passem a recorrer às atividades que exigem baixos níveis de escolaridade e/ou de preparação para exercê-las, no caso, a economia informal, como o comércio de produtos e serviços nas ruas (GUERREIRO, 2000).

A atividade informal no Brasil desperta interesse de muitos pesquisadores. Observou-se que esta atividade não exigia elevado nível de escolaridade, nem qualificação. Quanto à localização, ela estaria situada em uma área que pode ser chamada de “ilegal”. Uma das causas que pode dificultar as empresas, ou trabalhadores em geral, de se tornarem legalizados é a crescente carga tributária e o alto custo regulatório para se formalizarem (GUERREIRO, 2000).

2.1.5 Informalidade no Brasil em 2003- 2004

O número de empregados sem carteira de trabalho cresceu 17% em um ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada em 2003. Segundo os dados da pesquisa, o total de trabalhadores sem registro em carteira nas seis regiões metropolitanas era de 2,6 milhões em dezembro de 2002, passando para 3,05 milhões em dezembro de

2003. Ou seja, no período houve acréscimo de 446 mil pessoas sem carteira no mercado (PEREIRA, 2003).

Também considerados na maior parte trabalhadores informais, o grupo dos ocupados por conta própria (especialmente ambulantes e camelôs, mas também profissionais liberais sem empregado remunerado) cresceu 9,5% de dezembro de 2002 (3,5 milhões) para dezembro de 2003 (3,9 milhões), com acréscimo de 334 mil pessoas no mercado nessa condição (PEREIRA, 2003).

Além do aumento do desemprego em 2003, basicamente as novas ocupações surgidas no mercado de trabalho ocorreram de modo informal. Segundo Pereira (2003, p.2): "A característica do mercado de trabalho no ano passado é que quase a totalidade dos empregos gerados foram sem registro na carteira ou por conta própria".

Segundo Barros (2005), a informalidade no mercado de trabalho brasileiro, com relação as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, (Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre) revela que nas mesmas a informalidade cresceu na contramão do resto do país onde, segundo o mesmo instituto, a informalidade geral tem diminuído.

Ainda baseado nos dados do IBGE, Barros (2005) argumenta que a informalidade nacional diminuiu entre 1992 e 2003, caindo de 56,8 % para 54,8 % dos empregos, todavia, segundo ele os postos de trabalho sem carteira assinada nas principais regiões metropolitanas do país aumentaram de 40 % para 50 % entre 1991 e 2003. Para Barros, os trabalhadores que não recebem remuneração estão incluídos entre os trabalhadores considerados informais.

Segundo o autor, baseados em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a principal causa desse processo de informalização da economia dos grandes centros foi a “ realocação setorial da força de trabalho “, verificada sobretudo na década de 90, quando da abertura econômica brasileira, onde as indústrias tiveram que passar por transformações estruturais para poderem ganhar competitividade e fazer frente aos concorrentes internacionais.

Para Barros (2005), durante esse processo de reestruturação, o setor industrial passou a terceirizar parte de suas atividades feitas dentro da empresa, onde se passou a substituir vínculos empregatícios pela contratação de empresas terceiras, muitas vezes formadas por uma única pessoa. Nesse caso, o objetivo desta prática é reduzir o peso dos gastos com encargos trabalhistas. Para se ter uma idéia, do impacto

desse fenômeno, o percentual de empregos formais em 1991 na indústria era de 22 %, ao passo que em 2003 passou para 16 %, uma queda de 27 %.

No mesmo período, segundo Barros (2005), o setor de serviços nas grandes metrópoles cresceu excessivamente, com relação a tendência observada na indústria, com a diminuição nas grandes cidades do papel da indústria, o aumento do papel prestador de serviços, onde esse papel cresceu de 35,5 % para 43 % de 1991 a 2003.

De acordo com Barros (2005), outros fatores também explicam a maior informalização da economia dos grandes centros urbanos, baseando-se em argumentos do Ipea. Dentre estes fatores estaria a intensa migração de empresas com sede nas capitais em direção a cidades de médio porte do interior.

O desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria ao longo dos anos 90 e do começo desta década também está por trás da maior geração de empregos formais no interior e em estados com perfil mais afinado com estes setores.

2.2 TENDÊNCIAS:

Tendências bastante contraditórias são observadas desde então no mercado de trabalho. As empresas reestruturadas tendem a reduzir seus efetivos, gerando desemprego e aumento das inserções informais através das cadeias de subcontratação. Porém, tendem também a estabilizar e qualificar melhor seus trabalhadores remanescentes, especialmente aqueles em setores mais estratégicos.

Nessa nova configuração do mercado de trabalho nos interessa, em particular, analisar qual é a situação dos trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Em pesquisas realizadas em seis setores da indústria brasileira na década de 90 (Bens de capital, Química, Siderurgia, Alimentos, Automotivo e Têxtil e Vestuário), verifica-se que a introdução de novas tecnologias e de inovações na organização e gestão do trabalho conduziram as empresas a aumentar suas exigências de escolaridade e a investirem mais em treinamento dos seus funcionários. Embora essas exigências variem muito de setor para setor, dependendo de quão profundo é o processo de reestruturação e da complexidade do processo produtivo, o

nível mínimo do ensino fundamental completo coloca-se nos dias de hoje como uma tendência incontestável (REIS; GONZAGA, 2000).

No capítulo a seguir, será apresentada uma tentativa de conceituação do setor de serviços, assim como uma caracterização dos serviços na história do pensamento econômico, além disso, é mostrado em caráter preliminar, o setor de serviços e o seu nível de informalização no Brasil.

3 O SETOR DE SERVIÇOS E A INFORMALIDADE

As tendências de crescimento dos serviços já vinham sendo observadas no início dos anos 30, nos países capitalistas avançados, mas em meados dos anos 70, elas se tornaram mais evidentes, provocando o aumento do número de estudos empíricos que buscando explicar o fenômeno.

Na análise de Berger e Offe (1991), a partir da sociologia funcionalista, temos um dos estudos, do ponto de vista conceitual, mais abrangentes sobre o setor terciário, que considera como insuficiente a explicação predominante das tendências empíricas quanto ao crescimento da produção de serviços pela demanda social. Berger e Offe (1991, p. 3) argumentam :

O setor de serviços abrange a totalidade daquelas funções no processo da reprodução social, voltadas para a reprodução das estruturas formais, das formas de circulação e das condições culturais paramétricas, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade.

A utilidade de tal abordagem se justifica pelas questões que se relacionam a racionalização e à maneira como funciona o mercado e o rendimento do trabalho no setor de serviços, fatores que possibilitam o entendimento do terciário como trabalho reflexivo, visto que a finalidade das atividades de serviços não reside apenas na sua prestação, mas na manutenção de uma disponibilidade à sua prestação. Esse fator já descarta as análises da categoria trabalho visto apenas pelo lado do trabalho concreto que era típico da indústria, até o início da fase de automação industrial.

Antes de possibilitar qualquer especulação sobre o quanto o setor terciário vale do ponto de vista econômico, os estudos de Berger e Offe (1991) apontam para uma possibilidade que, de certa forma, busca interpretar às transformações culturais que se operam nesse setor e se expandem socialmente. Portanto, esta caracterização funcional do terciário não lhe atribui nenhum valor econômico, em si mesmo, se comparada às atividades produtivas em geral, porque, quanto ao recurso à disponibilidade para a prestação de serviços, prevalece a incerteza quanto ao volume, tipo, clientes, etc., que serão demandados. Ou seja, não se parte da idéia ingênua de que o setor terciário absorva a totalidade da força de trabalho liberada pelo setor industrial, equilibrando oferta e demanda de empregos.

É fundamental para a compreensão desses estudos, entender que a questão da racionalização do setor terciário pode ser entendida pelo fato de que o componente predominante nas atividades de prestação de

serviços é o que Berger e Offe (1991) chamam de função acauteladora, já que todos os serviços têm que ser dotados de maior disponibilidade, como algo estabelecido de maneira preventiva, mas que nem sempre é concretamente utilizado.

Estabelecida uma analogia com a produtividade industrial, notou-se que os serviços não acompanham o mesmo conceito de produtividade, devido à sua disponibilidade excedente e à sua função social de absorção de incertezas, ou seja, os serviços devem ser prestados de acordo com a sua demanda, porém não há parâmetros absolutos para medir ou prever tal demanda (BERGER; OFFE, 1991).

Entre as principais características da atual onda de globalização estão a ascensão dos serviços e o crescimento do seu comércio. Os países desenvolvidos lideram esse processo e, nas duas últimas décadas, tornaram-se economias mais orientadas para os serviços. Em geral, têm-se valorizado os serviços intensivos em especialização, conhecimentos e tecnologia, pois proporcionam rendimentos mais altos e maior valor agregado. Ao mesmo tempo, os setores de manufaturados desindustrializados desses países têm deslocado cada vez mais suas operações para os países em desenvolvimento – na forma de investimentos estrangeiros diretos –, enquanto mantêm controle sobre as atividades produtivas em suas sedes (BERGER; OFFE, 1991).

O setor de serviços nos países em desenvolvimento reproduz as características de baixo conhecimento e menor valor agregado de seus setores de manufaturados – que declinaram em consequência da competição dos similares importados no contexto da liberalização comercial. Assim, a polarização entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento não apenas persiste como se intensificou. Além disso, os setores de serviços que apoiam o trabalho reprodutivo social – comunitários, sociais e pessoais, educacionais e de saúde – vêm perdendo apoio financeiro público, pois o mercado está sendo apresentado como um método mais eficiente de prestação de serviços (BERGER; OFFE, 1991).

O processo de liberalização comercial e globalização colocou o setor de serviços no centro das atenções – setor que costumava ser considerado não-comercializável. A insistência no investimento como forma de comercializar os serviços facilita a abertura dos mercados de serviços aos interesses estrangeiros. Quando combinada com a privatização dos bens e empresas do Estado no setor, fica praticamente garantida a comercialização dos serviços de reprodução social.

3.1 CONCEITO DE SERVIÇOS

É muito difícil conceituar um serviço. Gadrey (1992) *apud* Teboul (1999) tem preferido uma conceituação um tanto negativa para fim de caracterização do setor de serviços. E assim numa conceituação um tanto genérica, as atividades do setor de serviços seriam aquelas não pertencentes a agricultura, a indústria, a construção e nem a extração. Tal conceituação é extremamente pobre metodologicamente, pois se baseia em uma mera exclusão de atividades.

Segundo a definição dada por Gadrey (1992), *apud* Teboul (1999), um serviço seria algo que não poderia ser estocado; seu produto seria imaterial, pois desaparece logo após sua geração; os processos de produção e consumo seriam considerados como inseparáveis, o que exigira grande interação entre o produtor e o consumidor.

Todavia tais afirmações, atualmente, podem ser questionadas devido aos avanços tecnológicos. No 1º caso, o da não-estocabilidade, tais avanços tecnológicos mostram que sem grandes dificuldades muitos serviços podem ser estocados e transportados, como por exemplo os serviços na área de informática (softs). No segundo caso, a imaterialidade dos produtos pode ser questionada baseando-se no exemplo dos serviços de restaurante, hotéis, etc., que necessitam de aporte material significativo, funcionando como se fossem fábricas. Entretanto, no caso da inseparabilidade produção/consumo, existe uma certa dificuldade de contestação, pois as atividades passam a se confundir temporalmente, ao exigir uma proximidade física muito estreita entre produtor e consumidor. É o caso do transporte de pessoas e mercadorias, um espetáculo musical, etc. Porém as mesmas não podem ser usadas para generalizar os demais tipos de serviços (TEBOUL, 1999).

3.2 OS SERVIÇOS NO BRASIL

A própria dinâmica da acumulação capitalista foi criando espaços para que uma população excedente pudesse inserir-se, na maioria das vezes, na informalidade. Isso ocorreu com uma parte importante do setor serviços, que começava a se desenvolver como alternativa de ocupação no setor informal, especialmente nos serviços de distribuição (sobretudo pequenas atividades mercantis) e nos serviços pessoais e domésticos (PERO, 1995).

No Brasil, o processo de terceirização está relacionado ao modo como se deu à implantação do setor industrial brasileiro e a expansão das atividades comerciais ligadas à indústria, a partir dos anos 50. Mais recentemente, essa expansão é observada em função do processo de globalização da economia, acompanhando as tendências dos países capitalistas avançados, todavia, ainda com certa dependência (PERO, 1995).

A opinião mais comum sobre o desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, em particular desde a introdução do Plano Real, é que teria aumentado a precariedade dos empregos. Isto porque teria crescido a taxa de desemprego, devido, por um lado ao processo de reestruturação produtiva e o aumento da informalidade e, por outro, pela transferência contínua de trabalhadores do setor industrial para o setor de serviços, ocasionando com isso uma sensível queda da renda (INVERNIZZI, 2003).

Além disto, os trabalhadores transferidos da indústria para os serviços seriam considerados os menos qualificados. Desta forma, não só a qualidade dos empregos que passaram a ser gerados, como também o perfil educacional dos trabalhadores no setor de serviços teria de fato piorado. De fato, pode-se pensar num processo de consequência mútua, em que trabalhadores com baixo grau de instrução tendem a estar empregados em postos de má qualidade (INVERNIZZI, 2003).

O novo ambiente macroeconômico, de maior abertura comercial, menor aporte de recursos públicos e maior estabilidade de preços após o Plano Real, refletiu-se numa transformação dos padrões de competitividade aos quais as empresas brasileiras estavam acostumadas, exigindo fortes ajustes dos seus métodos de produção. A resposta de várias empresas a este novo ambiente tem sido a adoção crescente de tecnologias organizacionais poupadoras de custos e baseadas em mão-de-obra menos rígida (via informalidade e terceirização, por exemplo), cujos impactos sobre o nível e a qualidade do emprego têm sido bastante significativos (INVERNIZZI, 2003).

Na verdade, a demanda por trabalho dos diversos setores de qualquer economia sofre freqüentes alterações em consequência de choques tecnológicos, de preferência ou sobre os preços dos insumos, que atingem os setores de forma diferenciada, e cujos impactos sobre o mercado de trabalho merecem uma atenção especial. Em geral, deslocamentos das curvas de demanda por trabalhos setoriais provocam um aumento relativo da demanda por trabalho nos setores favorecidos por esses choques e uma redução relativa da demanda por trabalho nos setores negativamente afetados. As características do mercado de trabalho podem fazer com que choques puramente setoriais, que se cancelem no agregado, tenham

consequências diretas sobre a taxa de desemprego agregada, independentemente, portanto, do ciclo econômico (INVERNIZZI, 2003).

3.3 TENDÊNCIAS : TERCEIRIZAÇÃO EM ALTA

Nas últimas décadas, não foram somente as negociações sobre tarifa de produtos de exportação manufaturados que perderam relevância. Também as economias desenvolvidas sofreram um deslocamento de sua estrutura industrial e de emprego do setor de manufaturados para o de serviços. Isso ocorreu principalmente por causa dos avanços tecnológicos e da crescente especialização. Durante a década de 90, a proporção dos serviços no Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados ficava em torno de 70%. As economias com industrialização recente possuem um percentual dos serviços por volta de 50% a 60%, enquanto os países em desenvolvimento estão perto de 40% (KANG, 2000).

3.4 A INFORMALIDADE NO SETOR DE SERVIÇOS

Segundo Blumenschein (2004), “A informalidade está presente no mercado de trabalho, nos setores urbano e rural e de forma mais sutil, dentro do próprio setor formal da economia, privado e mesmo público. Apesar da inexistência de indicadores agregados sobre a evolução da informalidade em todos estes setores, alguns parâmetros mostram o crescimento deste fenômeno no Brasil. Para citar apenas a informalidade no mercado de trabalho, os dados das Pesquisas Mensais de Emprego (PME) do IBGE mostram que a informalidade no setor industrial aumentou de 17% em 1991 para 28% em 2003, enquanto que no setor de serviços o aumento foi de 46% para 51%” (BLUMENSCHHEIN, 2004, p. 12).

Segundo a PME/2003, *apud* Blumenschein (2004), a remuneração do trabalho informal (conta própria e sem carteira) no setor industrial foi 25% inferior ao trabalho formal (com carteira). No setor de serviços os trabalhadores sem carteira também possuíam renda 25% inferior ao trabalhador com carteira, enquanto que o trabalho por conta própria teve remuneração próxima ao do trabalhador formalizado. No setor de serviços, a escolaridade média dos trabalhadores sem carteira é hoje semelhante aos dos trabalhadores com carteira, assim como os trabalhadores por conta própria têm nível de escolaridade próximo do nível

dos trabalhadores formais. Este cenário é bastante diferente do início da década de noventa onde as diferenças educacionais eram acentuadas (BLUMENSCHHEIN, 2004).

Apesar do setor de serviços contribuir mais para informalidade do que os outros setores, segundo Blumenschein (2004), deve ser lembrado que este setor propicia poucas oportunidades para os ganhos de produtividade. Na medida em que a produtividade da indústria se eleva, as remunerações deste setor sobem, forçando o setor de serviços a elevar os salários para que não haja transferência de mão-de-obra. Por isto, os salários do setor de serviços são determinados, em grande medida, pelos ganhos de produtividade no setor industrial, sendo esta uma variável importante para balizar os ganhos dos setores informais (BLUMENSCHHEIN, 2004).

Em suma, a atratividade da informalidade para os setores de baixa tecnologia e pouco capital ocorre porque a produtividade no setor formal também é baixa.. Assim sendo, não somente o crescimento da economia e sua capacidade de gerar emprego são importantes para a diminuição da informalidade, mas também os ganhos de produtividade que podem ou não acompanhar o processo de crescimento econômico.

4 ANÁLISE DA INFORMALIDADE DO SETOR DE SERVIÇOS DA CIDADE DO SALVADOR NOS BIÊNIO DE 1997/1998 E 2004/2005 E COMPARATIVO DE RENDIMENTOS EM RELAÇÃO AO SETOR FORMAL.

Neste capítulo será apresentada uma análise da informalidade presente no setor de serviços da cidade do Salvador nos biênios de 1997/1998 e 2004/2005, onde foram escolhidos certos atributos, tanto pessoais como produtivos, para melhor qualificar e comparar essa informalidade com o setor formal.

A base de dados aplicada na realização desta análise se baseia nos dados coletados pela PED-RMS, no qual foi realizado um filtro, onde se separou dados referentes ao setor de serviços e dos outros setores de atividade econômica da cidade do Salvador, a seguir, no próprio setor de serviços, desagregou-se os dados relativos aos setores formal e informal, onde se cruzaram os dados relativos as variáveis: faixa etária, cor, sexo, grau de instrução, posição na família, jornada de trabalho (em horas semanais), tempo de atividade e respectivos rendimentos. A informalidade tratada neste trabalho se refere ao caráter legal ou ilegal do trabalho, ou seja, se o trabalhador tem carteira assinada ou não. Além disso, os informais considerados são os autônomos, os trabalhadores sem carteira assinada, os conta-próprias e os empregadores com menos de 2 empregados.

4.1 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS FORMAIS E INFORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

A tabela 1, mostra a situação dos setores de atividade econômica na cidade do Salvador nos biênios de 1997-1998 e nos de 2004-2005. Como podemos observar, há um crescimento da participação do setor de serviços como um todo, em detrimento dos outros setores de atividade econômica na cidade do Salvador.

Tabela 1- Distribuição dos Ocupados Formais e Informais por Setor de Atividade Econômica do Município de Salvador – Bahia, 1997-1998 e 2004-2005.

		Setores de Atividade Econômica						Em %
Biênio	Setor	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviços Domésticos	Outros	Total
1997-1998	Total	7,5	4,9	17,5	57,5	11,1	1,5	100,0
	Formal	10,3	4,1	16,1	69,1	0,0	-	100,0
	Informal	4,8	5,7	18,9	46,1	21,9	2,6	100,0
2004-2005	Total	7,5	4,2	16,4	60,6	10,0	1,2	100,0
	Formal	10,0	3,4	15,1	71,4	0,0	-	100,0
	Informal	4,9	5,1	17,8	49,3	20,6	2,4	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
 (-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No biênio de 1997/1998 a participação do setor de serviços na economia da cidade do Salvador era de 57,5 %, passando para 60,6 % no biênio de 2004/2005, um aumento de 5,39 %. Além disso, há um crescimento tanto nos serviços formais (69,1 % para 71,4%), como informais (46,1% para 49,3 %). Tal acréscimo nas duas categorias de trabalhadores pode ser atribuído ao enxugamento que acontece nos outros setores, (Construção Civil, Comércio e Serviços domésticos e outros). Já o setor da indústria de transformação manteve-se estável nestes dois períodos. Podemos notar como o aspecto “terceirizador” que sofreram alguns desses setores, onde certos serviços foram tirados do centro de interesses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO

Como vemos na tabela 2, que se refere ao atributo sexo, no primeiro biênio analisado (1997/1998) o percentual de mulheres na informalidade era de 46,1 %, exatamente o mesmo percentual das consideradas na formalidade. O percentual de homens neste mesmo período era de 53,9 % na formalidade, o mesmo percentual encontrado na informalidade, com os homens sendo maioria tanto formalidade quanto na informalidade no município de Salvador.

Tabela 2 - Distribuição dos Ocupados por Sexo do Setor de Serviços Formal e Informal- Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Total	Sexo	
			Mulher	Homem
1997-1998	Formal	100,0	46,1	53,9
	Informal	100,0	46,1	53,9
2004-2005	Formal	100,0	45,8	54,2
	Informal	100,0	46,4	53,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Já no segundo biênio (2004/2005), o percentual de mulheres na informalidade cresceu para 46,4%, porém o das mulheres na formalidade, teve uma leve variação para 45,8 %. Contudo o percentual de homens, sofreu uma redução tanto na informalidade (de 53,9 para 52,6 %) quanto na formalidade (de 53,9 % para 54,2%).

4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR FAIXA ETÁRIA

Na tabela 3, são apresentados os resultados para o atributo faixa etária, no biênio de 1997/1998 na faixa etária de 10 a 17 anos informalidade era de 9,6% para uma informalidade de 4,8 % em 2004/2005, nota-se que houve uma redução de 50 % na informalidade para esta faixa etária, justamente a faixa onde estão as crianças e os adolescentes.

Tabela 3 - Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Total	Faixa Etária				Em %
			10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos e mais	
1997-1998	Formal	100,0	-	12,3	49,1	38,2	
	Informal	100,0	9,6	22,8	36,4	31,1	
2004-2005	Formal	100,0	-	12,3	46,1	41,5	
	Informal	100,0	4,8	22,8	36,8	35,6	

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A faixa de 18 a 24 anos se manteve estável nos dois períodos, na faixa de 25 a 39 anos houve uma redução na formalidade de 49,1 % para 46,1 % e um leve aumento na informalidade de 36,4 % para 36,8 %, na faixa de 40 anos e mais, houve um aumento tanto na formalidade, de 38,2 % para 41,5 % quanto na informalidade de 31,1 % para 35,6 %. Nota-se, que o aumento da informalidade é bem maior na faixa etária de 40 anos e mais.

4.4 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS PELA COR

Na tabela 4, são apresentados os resultados referentes ao atributo cor nos quais podemos notar que a informalidade, como era de se esperar, é bem maior dentre os indivíduos da raça negra que nos indivíduos da raça branca. No biênio de 1997/1998 ela era de 79,3 % na raça negra contra 20,7% na raça branca. Já em 2004/2005 essa informalidade aumentou para 84,2% uma variação de 6%, já a informalidade entre os brancos teve uma redução de 23,6 % (de 20,7 % para 15,8 %).

Tabela 4 - Distribuição dos Ocupados por Cor do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Total	Cor	
			Negra	Branca
1997-1998	Formal	100,0	73,2	26,8
	Informal	100,0	79,3	20,7
2004-2005	Formal	100,0	81,5	18,5
	Informal	100,0	84,2	15,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Em se tratando de formalidade, a tabela 4 nos mostra que esta tanto em 1997/1998 quanto em 2004/2005 é percentualmente maior entre os negros do que entre os brancos, pois esses apresentam uma maior participação na composição da população da cidade do Salvador. Além disso existe um aumento da formalidade entre os negros e uma diminuição desta entre os brancos.

Todavia é bom deixar claro que estão incluídos na raça negra, os indivíduos classificados como pretos e pardos, por isso esse percentual tão alto na composição dos indivíduos segundo a cor.

4.5 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA

A tabela 5 mostra a distribuição dos ocupados do setor de serviços da cidade do Salvador, de acordo com a posição dos indivíduos na família. No biênio de 1997/1998 na posição de chefe da família a formalidade estava num percentual de 50,4 % contra 50,2 % em 2004/2005, mantendo-se constante neste período. Já na informalidade no primeiro período estava em 37,9 % para 41,7% em 2004/2005, um aumento de 10 %.

Tabela 5 - Distribuição dos Ocupados por Posição na Família do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Total	Posição na Família				Em %
			Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	
1997-1998	Formal	100,0	50,4	20,5	21,4	7,6	
	Informal	100,0	37,9	19,7	32,9	9,5	
2004-2005	Formal	100,0	50,2	19,5	23,2	7,2	
	Informal	100,0	41,7	18,3	30,7	9,3	

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Na posição de cônjuge os percentuais se mantiveram praticamente constantes, na formalidade de 20,5 % em 1997/1998 para 19,7 % em 2004/2005, a informalidade também se manteve neste período de 19,5 % em 1997/1998 para 18,3 % em 2004/2005.

Com relação ao filho a informalidade teve uma tendência de queda com relação aos dois períodos, já a tendência da formalidade foi de aumento. Em 1997/1998 a formalidade era de 21,4% para 23,2 % em 2004/2005 um aumento de 8,4 %, mas a informalidade teve uma queda de 6,6 % (de 32,9 % para 30,7 %) neste mesmo período.

Com relação aos outros membros da família tanto a formalidade quanto a informalidade se mantiveram praticamente constantes (7,6 % para 7,2 % na formalidade e 9,5 % para 9,3 % na informalidade).

4.6 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR GRAU DE INSTRUÇÃO

A tabela 6 mostra a composição dos ocupados no setor de serviços da cidade do Salvador de acordo com o grau de instrução. No biênio de 1997/1998, com relação aos analfabetos, 1,2 % estavam na formalidade e 4,1 % na informalidade; em 2004/2005 esses percentuais passaram para um valor não-significativo para a formalidade e 2,3 % para a informalidade, uma redução de 43 %.

Tabela 6 - Distribuição dos Ocupados por Grau de Instrução do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Total	Sem instrução	Grau de Instrução			Em %
				1º grau incompleto	1º grau completo e 2º grau incompleto	2º grau completo e 3º grau incompleto	3º grau completo
1997-1998	Formal	100,0	1,2	20,0	13,0	41,1	24,8
	Informal	100,0	4,1	38,8	18,6	32,1	6,4
2004-2005	Formal	100,0	-	12,1	12,0	48,6	26,8
	Informal	100,0	2,3	26,7	19,6	43,5	7,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na segunda categoria de instrução, ou seja, 1º grau incompleto, observou-se que houve uma redução tanto na formalidade quanto na informalidade; em 1997/1998 a formalidade para esta categoria estava em 20 % passando para 12,1 % em 2004/2005 uma redução de 39,5 % . Já para a informalidade, a redução foi de 31,2 %, isto é, foi de 38,8 % em 1997/1998 para 26,7 % em 2004/2005.

Na terceira categoria, 1º grau completo e 2º grau incompleto, tanto a formalidade quanto a informalidade se mantiveram praticamente constantes, ou seja, de 13 % para 12 % para a formalidade de um período para o outro e 18,6 % para 19,6 para a informalidade nos mesmos períodos.

Na quarta categoria, 2º grau completo e 3º grau incompleto, notou-se que é nesta que tanto a formalidade quanto a informalidade tiveram a maior concentração, a formalidade teve um aumento de 18 % de 1997/1998 para 2004/2005, ou seja, passou de 41,1 % para 48,6 %. Mas a informalidade nesta mesma categoria teve um aumento bem superior tendo uma variação de 35,5 % de 1997/1998 para 2004/2005, passando de 32,1 % para 43,5 %.

Para a quinta e última categoria, 3º grau completo, houve pouca variação absoluta, por representar uma pequena fatia no que se refere a informalidade, porém esta em caráter relativo teve um aumento de 21,8 % de um período para o outro, passando de 6,4 % para 7,8 %; já a formalidade, teve um aumento de apenas 8 % de 1997/1998 para 2004/2005, de 24,8 % para 28,8 %.

O que se pode observar, é que há uma concentração tanto da formalidade quanto da informalidade na categoria de 2º grau completo e 3º grau incompleto, o que pode ser explicado pela grande participação dessa categoria no mercado de trabalho do setor de serviços.

4.7 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR JORNADA DE TRABALHO

A tabela 7 mostra a distribuição dos ocupados do setor de serviços pelo percentual de indivíduos com relação à jornada de trabalho.

Os indivíduos que tinham uma jornada de trabalho de até 44 horas semanais em 1997/1998 estavam em 67,7 % na formalidade e 62,3 % na informalidade; esses percentuais passaram para 67,9 % e 61,8 % respectivamente em 2004/2005.

Tabela 7- Distribuição dos Ocupados por Jornada de Trabalho do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Jornada de Trabalho		
		Total	Até 44 hs	Mais de 44 hs
1997-1998	Formal	100,0	67,7	32,3
	Informal	100,0	62,3	37,7
2004-2005	Formal	100,0	67,9	32,1
	Informal	100,0	61,8	38,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
 (-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Já os indivíduos que trabalhavam mais de 44 horas semanais, estavam em 32,3 % na formalidade em 1997/1998 e 37,7 % na informalidade; em 2004/2005 esses percentuais passaram respectivamente para 32,1 % e 38,2 %.

O que se pode observar é que houve uma pequena variação quando comparados os dois períodos, tanto na formalidade quanto na informalidade. Pode-se ainda observar que a maior parte dos ocupados nos dois períodos se concentraram no grupo dos que trabalharam até 44 hs semanais.

4.8 DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR TEMPO DE ATIVIDADE

Os dados sobre o tempo de atividade dos indivíduos são demonstrados na tabela 8, onde podemos notar que há uma mudança na concentração dos ocupados que trabalham na informalidade.

Os ocupados formais com até 6 meses de atividade eram 9,7 % em 1997/1998 para uma ocupação de 10,2 em 2004/2005, uma variação de 5,1 %; os ocupados informais neste mesmo período tiveram uma

variação de – 8,7 %. Os ocupados de 6 a 12 meses tiveram a mesma tendência da categoria anterior, um aumento da formalidade e uma redução da informalidade tendo respectivamente variações de 3,3 % e – 4,2 % para a formalidade e a informalidade.

Tabela 8 - Distribuição dos Ocupados por Tempo de Atividade do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.

Biênio	Setor	Total	Tempo de Atividade				Em %
			Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
1997-1998	Formal	100,0	9,7	8,9	13,6	18,9	48,9
	Informal	100,0	31,0	14,2	14,3	16,7	23,7
2004-2005	Formal	100,0	10,2	9,2	13,2	21,7	45,6
	Informal	100,0	28,3	13,6	13,4	18,1	26,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os ocupados formais com 1 a 2 anos de atividade mantiveram as tendências anteriores com variações de com relação a informalidade com uma variação negativa de 6,2 %, e uma formalidade que se manteve praticamente estável com uma leve queda de 2,9 %.

Já os ocupados com 2 a 5 anos e os com mais 5 anos tiveram um aumento nos grupos de ocupados informais. Naqueles formais com 2 a 5 anos de atividade a variação foi de 14,8 % passando de 18,9 % em 1997/1998 para 21,7 % em 2004/2005 ; já os informais tiveram uma variação de 8,3 %. Os ocupados com mais de 5 anos de atividade tiveram variações de respectivamente para os formais e os informais, de -6,7 % e 12 %.

Observou-se que houve uma certa inversão, ou seja, uma diminuição da formalização e um aumento da informalização, podem intuir que o número dos indivíduos que trabalham na informalidade está de certa forma “envelhecendo” na atividade informal. Boa parte dos ocupados informais está concentrada na faixa dos 2 a 5 anos de atividade e na mais de 5 anos, o que representa 44,7 % dos informais.

4.9 MÉDIA DE RENDIMENTOS DOS OCUPADOS POR ATRIBUTOS PESSOAIS

A tabela 9 mostra a média dos rendimentos dos ocupados do setor de serviços. Podemos ver que de um período para outro houve uma sensível perda de renda por parte dos ocupados deste setor tanto da parte dos formais quanto dos informais.

Tabela 9 - Média de Rendimentos dos Ocupados por Atributos Pessoais do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.(1)

Atributos Pessoais	Em Reais				Variação % setor formal	Variação % setor informal
	Biênio					
	1997-1998		2004-2005			
Setor		Setor				
	Formal	Informal	Formal	Informal		
Total	1324	637	1130	547	-14,7	-14,1
Sexo						
Mulher	1200	449	1087	416	-9,4	-7,3
Homem	1435	807	1167	669	-18,7	-17,1

Tabela 9 - Média de Rendimentos dos Ocupados por Atributos Pessoais Setor de Serviços Formal e Informal Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.(1)

Faixa Etária	Biênio 1997/1998		Biênio 2004/2005		Var.% Setor Formal	Var.% Setor Informal
	Setor Formal	Setor Informal	Setor Formal	Setor Informal		
10 a 17 anos	-	145	-	143	-	-1,4
18 a 24 anos	593	382	554	325	-6,6	-14,9
25 a 39 anos	1214	706	993	584	-18,2	-17,3
40 e mais anos	1722	866	1473	707	-14,5	-18,4
Cor						
Negra	1087	534	988	491	-9,1	-11,1
Branca	2008	1035	1772	854	-11,8	17,5
Grau de Instrução						
Sem instrução	452	241	-	178	-	-26,1
1º grau incompleto	539	369	492	313	-8,7	-15,2
1º grau completo e 2º incompleto	686	526	568	400	-17,2	-24,0
2º grau completo e 3º incompleto	1141	847	875	613	-23,3	-27,6
3º grau completo	2740	1745	2329	1514	-15,0	-13,2

Posição na Família

Chefe	1578	940	1290	740	-18,3	-21,3
Cônjuge	1323	507	1208	469	-8,7	-7,5
Filho	866	401	784	366	-9,5	-8,7
Outros	857	439	816	404	-4,8	-8,0

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2005.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os ocupados tanto do sexo masculino quanto feminino tiveram perdas em seus rendimentos de 1997/1998 para 2004/2005. Os formais do sexo masculino tiveram uma queda de 18,7 % de um período para o outro, para o sexo feminino, que já ganhava em 1997/1998, 19,6 % menos que os homens, teve uma queda de 9,4 %, neste mesmo período. Nota-se que a diferença entre homens e mulheres em 2004/2005 caiu para 7,3 % em favor dos homens.

Ao se referir aos informais podemos observar que estes já percebiam 51,9 % do valor dos rendimentos dos formais. Quando observamos por sexo essa diferença é ainda mais marcante. A mulher na informalidade em 1997/1998 recebe o equivalente a 37,4 % dos rendimentos das consideradas formais, (R\$ 1199,90 das formais contra R\$ 448,95 das informais). Em 2004/2005 essa diferença passa para 38,2 %, porém com perda de renda real (R\$ 1087,00 contra R\$ 416,00) . Para os homens essas diferenças passam para 56,2 % que o que corresponde o rendimento do informal com relação ao rendimento do formal em 1997/1998. Em 2004/2005 esse percentual passa para 57,3 % com perda de renda.

Ainda de acordo com a tabela 9, a maior média dos rendimentos está concentrada na faixa de 40 anos e mais que teve para os formais e informais em 1997/1998 os rendimentos de R\$ 1772,38 e R\$ 866,05 respectivamente, uma diferença de 49,7 %. No segundo período, 2004/2005, analisado essa diferença passa para 52 %.

No que se refere a cor, podemos ver que os indivíduos da cor negra que trabalharam na informalidade receberam em 1997/1998, 50,8 % menos do que os negros que trabalharam formalmente. Em 2004/2005 essa diferença passa a 50,3 %. Já entre os brancos essas diferenças são em 1997/1998 de 48,4 % e em 2004/2005 foram de 51,8 %. Apesar dos negros serem a maioria tanto entre os formais quanto entre os informais do setor de serviços, eles recebem bem menos que os brancos e essas diferenças em 2004/2005 chegaram a 44,2 % para os trabalhadores formais brancos e negros em favor dos brancos e 42,5 % entre estes trabalhando na informalidade.

Com relação ao grau de instrução a maior média dos rendimentos se concentrou entre os indivíduos com 3º grau completo, todavia com perda de renda de um período para o outro. A queda nesta categoria foi de 14,9 % para os formais e de 13,2 % para os informais. A categoria com 2º grau completo e 3º grau incompleto teve uma queda na renda dos formais de 23,3 % e para os informais de 27,6 %. A de 1º grau completo e 2º incompleto teve queda renda para a formalidade e informalidade de 17,2 % e 24 % respectivamente.

Quanto a posição na família que estava ocupada de maneira formal, o cônjuge em 1997/1998 percebia o equivalente a 83,8 % da renda do chefe da família, o filho 54,8 % e os outros indivíduos 54,3 %. Em 2004/2005 esses percentuais passaram respectivamente para 93,6 %, 60,7 % e 63,2 %. Já na família considerada na informalidade, esses percentuais respectivamente em 1997/1998, foram de 53,9 %, 42,5 % e 46,7 %. Em 2004/2005 esses percentuais foram de 63,3 %, 49,4 % e 54,6 %.

4.10 MÉDIA DE RENDIMENTOS DOS OCUPADOS POR ATRIBUTOS PRODUTIVOS

A tabela 10 traça o rendimento auferido pelo trabalhador do setor de serviços de acordo com a jornada de trabalho e pelo tempo de atividade. Em 2004/2005 o trabalhador formal que trabalhava até 44 horas recebeu 10,7 % menos do que em 1997/1998. Nesta mesma categoria, informal recebeu de um período para o outro 4,3 % menos. Já dentre os que trabalharam mais de 44 horas, os formais receberam 24,5 % menos em 2004/2005 e os informais 25,7 % menos. Além dessa perda nos rendimentos para ambas as categorias, formais e informais, estes receberam sempre menos que os formais.

Tabela 10 - Média de Rendimentos dos Ocupados por Atributos Produtivos do Setor de Serviços Formal e Informal - Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.(1)

Atributos Produtivos	Em Reais					
	Biênio 1997-1998		Biênio 2004-2005		Variação % Setor Formal	Variação % Setor Informal
	Formal	Informal	Formal	Informal		
Jornada de Trabalho						
Até 44 hs	1368	526	1221	503	-13,3	-7,4
Mais de 44 hs	1210	861	913	639	-26,4	-27,9
Tempo de Atividade						
Até 6 meses	693	381	677	350	-5,31	-11,4
6 a 12 meses	790	510	731	404	-10,3	-23,6
1 a 2 anos	994	675	800	545	-21,6	-21,5
2 a 5 anos	1163	740	969	642	-18,9	-16,0
Mais de 5 anos	1699	938	1498	766	-14,5	-20,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
 (1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2005.

Em se tratando de tempo de atividade todas as categorias sofreram perdas em seus rendimentos, destacando quem trabalhava na informalidade em 2004/2005 de 6 a 12 meses que recebeu o equivalente a 79,1 % do que recebia em 1997/1998. Entre os formais, a maior perda foi de quem trabalhava de 1 a 2 anos que recebeu em 2004/2005 o equivalente a 80,4 % do que recebia em 1997/1998.

4.11 MÉDIA DE RENDIMENTO DOS OCUPADOS FORMAIS E INFORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Na tabela 11 é apresentada a média dos rendimentos auferidos pelos ocupados da cidade do Salvador em relação a atividade econômica. Podemos observar que o setor de atividade que mais obteve perdas, foi o que engloba outras atividades que teve uma média de rendimentos em 2004/2005 47,7 % menor que 1997/1998, passando de um rendimento médio de R\$ 523,00 para R\$ 275,00.

Tabela 11- Média de Rendimento dos Ocupados Formais e Informais por Setor de Atividade Econômica do Município de Salvador – Bahia 1997-1998 e 2004-2005.(1)

		Setor de Atividade Econômica						Em Reais
Biênio	Setor	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviços Domést.	Outros	Total
1997-1998	Total	1488	835	779	1057	219	523	925
	Formal	1872	1309	1020	1319	0	-	1331
	Informal	644	500	553	637	219	287	503
2004-2005	Total	1157	641	579	901	245	275	777
	Formal	1460	961	745	1130	0,0	-	1100
	Informal	510	416	424	547	245	236	441

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
 (1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2005.
 (-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Todavia o setor de atividade que menos obteve perdas foi justamente o setor de serviços que auferiu, em 2004/2005 com relação a 1997/1998, em média 14,8 % menos, passando de R\$1057,00 para R\$ 901,00.

Os formais deste setor, receberam em 2004/2004 em média 14,3 % menos que em 1997/1998. Já entre os informais a perda foi um pouco maior, 23,3 %.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar a questão da informalidade no mercado de trabalho e o setor de serviços, a partir das abordagens tanto históricas quanto conceituais, conclui-se que, quanto a informalidade, esta foi resultado, a priori, do desigual desenvolvimento do sistema capitalista ocorrido, principalmente nos países da periferia. Tais transformações ocasionaram um extremo processo migratório em direção aos grandes centros urbanos, provocando tanto um crescimento urbano desordenado, quanto um incremento das atividades tidas como marginais.

Posteriormente, o processo de reestruturação produtiva provocou também um crescimento do setor informal, pois tal processo foi baseado na racionalização do mundo do trabalho, isto é, redução do número de vagas, adotando métodos tidos como mais eficientes para a produção, mas extremamente poupadores de mão-de-obra.

Além disso, esses programas de racionalização adotados pelas empresas, resultado da reestruturação produtiva, provocaram a desverticalização das grandes plantas, havendo a terceirização de parte das atividades, atuando, nesse sentido, sob a forma de subcontratações. Como consequência disso, o setor informal passou a absorver tanto os indivíduos advindos das correntes migratórias em busca de trabalho, quanto os ex-assalariados de outros setores produtivos.

É nesse sentido, que o setor de serviços passou a ser visto como o setor que passa a atrair trabalhadores, principalmente aqueles originários da indústria-principal protagonista da reestruturação produtiva. Esta foi resultado, no Brasil, da abertura comercial e reafirmada com o Plano Real, onde os produtos nacionais tiveram que competir com os importados. Além disso, muitas empresas não conseguiram reduzir os seus custos o suficiente e acabaram por serem eliminadas do mercado, gerando mais desemprego.

O setor de serviços nos países em desenvolvimento passou a ter características de baixo e menor valor agregado de seus setores manufaturados, que diminuíram em virtude da competição dos similares importados quando da liberação comercial. Além disso, os setores de serviços que apoiam o trabalho reprodutivo social, vem perdendo apoio financeiro público, pois o mercado está sendo apresentado como um método mais eficiente de serviços.

Essas tendências, juntamente com os avanços tecnológicos e a crescente especialização do mercado de trabalho, dão conta que as terceirizações estão em alta, havendo o deslocamento, também nas economias desenvolvidas, de estruturas industriais e de emprego do setor de manufaturados para o setor de serviços.

Na cidade do Salvador, após a análise dos atributos pessoais e produtivos, observou-se que o perfil do atual trabalhador informal do setor de serviços, corresponde ao perfil que já era observado no período de 1997/1998, ou seja, em sua maioria o homem representa a maioria destes trabalhadores, a faixa etária predominante é de 25 a 39 anos, a cor é negra. Apenas no atributo grau de instrução é que houve uma mudança significativa neste período passando em 1997/1998 do 1º grau incompleto para o 2º grau completo e 3º incompleto em 2004/2005, e o chefe de família corresponde a maioria dos informais do setor.

Já dentre os atributos produtivos, pode ainda dizer que, em geral, o informal do setor de serviços, trabalha até 44 horas semanais e tem até 6 meses de atividade, porém nota-se que existe um certo aumento dos informais dentre os que trabalham 2 a 5 anos e mais de 5 anos.

Conclui-se ainda que os rendimentos do setor de serviços, como a maioria dos outros setores de atividade econômica da cidade do Salvador, sofreram perdas de um período para o outro todavia o setor de serviços foi o que menos perdeu. No setor de serviços, as maiores perdas, dentre os atributos pessoais, foram dos indivíduos do sexo masculino (mais que o dobro das perdas dos indivíduos do sexo feminino), a faixa etária que mais teve perdas foi a de 40 anos e mais, os indivíduos de cor branca e os que possuíam 2º grau completo e 3º grau incompleto. Já nos atributos produtivos, as maiores perdas foram dos indivíduos que trabalharam mais de 44 horas semanais, dos formais com 1 a 2 anos de atividade e dos informais com 6 a 12 meses de atividade.

Enfim, pode-se concluir que, de acordo com os dados apresentados, houve um crescimento da informalidade do setor de serviços de Salvador. Quanto aos outros setores de atividade econômica, ocorreram reduções da informalidade e da formalidade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Eduardo. *Informalidade diminui no Brasil, mas aumenta nas metrópoles*. 04/07/2005. Disponível em: http://www2.uol.com.br/infopessoal/noticias/_HOME_OUTRAS_357733.shtml acesso em :10 /04/2006
- BARROS, R. P. de., MELLO, R., PERO, V. *Informal labor contracts: a solution or a problem?* Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1993 (Texto para Discussão, 291).
- BERGER, Johannes, OFFE, Claus. *A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços*. In: OFFE Claus. (Org.). *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1991. v. 2. (Biblioteca Tempo Universitário, 89. Séries Estudos Alemães.)
- BLUMENSCHNEIN, Fernando Naves. "A economia informal." :*Valor Econômico*, São Paulo, 17 de junho de 2004. p. 12.
- BRAGA, Thairiz. *A Ocupação Informal na Região Metropolitana de Salvador: uma análise das décadas de oitenta e noventa*. São Paulo, UNICAMP/IE.1998
- CACCIAMALI, M.C. *A Informalidade na América Latina Contemporânea: Argentina, Brasil e México*. 2003 a . Disponível em : www.usp.br/cacciamali. Acesso em 15/07/2005
- CACCIAMALI, M.C; JOSÉ- SILVA, M. F. *Mais informalidade menos Cidadania*. Os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política de social da América Latina. 2003b . Disponível em : www.usp.br/prolam/cadernos/ Acesso em 15/07/2005
- CACCIAMALI, M.C.; JOSÉ Silva, M. F. *Liberalização do comércio e desafios para implementar os princípios e direitos fundamentais do trabalho na América Latina*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO REGIONAL. 2001, São Paulo. *Anais São Paulo:FESP/USP*, 2001. p. 1-25.
- CACCIAMALI, M. C. *As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*, São Paulo. Cap. 6, UNICAMP/IE 1991.
- DEDECCA, C; BALTAR, P. *Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90*. *Estudos Econômicos*, v.27, número especial, 1997.
- GUERREIRO, Alexandre de Abreu Dallari. *O comércio nas ruas e as teorias sobre a economia informal brasileira* (2000). Disponível em:<<http://w.w.w.faculdadesaoluis.br/pages/publica/download/7/>. Acesso em: 07/06/2006.
- INVERNIZZI, N. *Empregos Precários no Setor Terceiro: Estudo de trajetórias ocupacionais de trabalhadores em risco de exclusão*.2003. Disponível em:www.senac.br/informativo/BTS/boltec281d.htm acesso em 25/10/04

KANG, JONG-SOON. *The services sector in output and international trade*. In FINDLAY, Christopher; WARREN, Tony. (Eds.). *Impediments to trade in services: measurement and policy implications*. Londres: Routledge, 2000.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Alto custo trabalhista empurra brasileiro para a informalidade*. Folha de São Paulo, 12.08.2002.p.11.

MENEZES, W.F. *Relações formais e informais: Em busca de um Conceito*. EDUFBA.2001. (Textos para discussão.)

PEREIRA, C. A. *Balanço do Governo Lula*. 2003. Disponível em : <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticias.asp?numero=10796> acesso em 24/01/2004

PERO, V. *Terciarização e qualidade do emprego no início dos anos 90*. 1995. (Tese de Mestrado). UFRJ/IEI. Rio de Janeiro.

REIS, MAURÍCIO C; GONZAGA, G. *Desemprego e deslocamentos setoriais da demanda por trabalho no Brasil*. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/Gonzaga/pdf/texto_rosa.pdf –2000 acesso em 12/11/2004

SEI/SETRAS/UFBA-FCE/DIEESE/SEADE (1996-1999) *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador.SEI, 2000. n.3

TEBOUL, James. *A Era dos Serviços – Uma Nova Abordagem de Gerenciamento*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. Cap 1.

